

EPISTEMOLOGIAS E ENSINO DA HISTÓRIA

Coord.

Cláudia Pinto Ribeiro

Helena Vieira

Isabel Barca

Luís Alberto Marques Alves

Maria Helena Pinto

Marília Gago



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Epistemologias e Ensino da História
(XVI Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)

COORDENAÇÃO

Cláudia Pinto Ribeiro
Helena Vieira
Isabel Barca
Luís Alberto Marques Alves
Maria Helena Pinto
Marília Gago

EDIÇÃO: CITCEM

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

ISBN

978-989-8351-74-6
Porto, 2017

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.



PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL SOB O OLHAR DE OFICINAS DESENVOLVIDAS NO PIBID/UFMS/HISTÓRIA: O CASO DOS MUNICÍPIOS DE AQUIDAUANA E ANASTÁCIO (BRASIL/MS)

ANA PAULA SQUINELO

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

RESUMO: Apresentamos nesta reflexão o trabalho desenvolvido no âmbito do subprojeto PIBID do curso de Graduação em História, Câmpus de Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/Brasil). Tal projeto contemplou como parte de suas atividades a temática concernente ao Patrimônio e à Educação Patrimonial relacionadas a dois municípios: Aquidauana e Anastácio (Mato Grosso do Sul/Brasil). Desde o ano de 2014, o PIBID atende a 4 escolas da Educação Básica, Ensino Fundamental II. O subprojeto possui 2 Coordenadores, 4 supervisores e, à época, 23 bolsistas oriundos do curso de Graduação em História. Dentre as atividades desenvolvidas no subprojeto constava uma oficina relacionada à temática patrimonial, composta das seguintes etapas: 1) formação teórica realizada com os pibidianos; 2) elaboração da oficina; 3) aplicação da oficina; 4) análise dos dados; 5) avaliação da oficina. Levamos em consideração a legislação educacional (LDB/Lei nº 9.394/96 e PCNs/1998), no que concerne à dinâmica patrimonial, e propusemos a oficina a partir dos pressupostos da Educação Patrimonial (HORTA, 1999; PINTO, 2007). Publicamos, portanto, os resultados do processo que envolveu as 5 (cinco) etapas previstas para o desenvolvimento da oficina.

PALAVRAS-CHAVE: *Educação Patrimonial, PIBID/História, Ensino Fundamental II.*

Desenvolver um projeto que contemple a temática patrimonial nos coloca enquanto educadores diante de questões pontuais, sendo uma delas a necessidade de se pensar o conceito que a palavra “patrimônio” carrega em si, bem como a necessidade de problematizar tal categoria refletindo sobre suas dimensões material e imaterial, além do próprio caráter mutável do patrimônio. Nesse sentido, infere-se que o termo “patrimônio” agrega novos significados à expressão “Patrimônio Cultural”, isto é: “Etimologicamente, patrimônio significa herança paterna, o que evoca a idéia de transmissão e, no caso de uma coletividade, transmissão não de pai para filho, mas de uma geração a outra”. (MAGNANI, [s./d.]: 122)

Entretanto, em função, entre outras questões, das modificações abruptas pelas quais a sociedade tem passado nos últimos tempos, a discussão em torno da própria conceituação e preservação do patrimônio passou a fazer parte do rol dos grandes debates e polêmicas da academia e da sociedade.

Desde o início do século passado, iniciativas, muito embora dispersas e em número reduzido, têm-se configurado em nível nacional e internacional. Fruto dessas preocupações foi a definição e especificação do Patrimônio Cultural em nível mundial pela Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, no ano de 1972. Nesta conferência, foi definido como Patrimônio Cultural:

Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (CURY, 2000: 178-179)

Ressalte-se que embora o conceito de Patrimônio tenha nascido intimamente ligado à ideia de monumento e à concepção arquitetônica, contemporaneamente, em função das transformações, entre outras, em torno da percepção da cultura, da arte e da história, esta definição relacionada, sobretudo, à ideia de monumento passou a não contemplar a multiplicidade de representações artísticas e culturais, tanto populares, quanto eruditas. Por isso o conceito de Patrimônio foi ampliado de forma representativa, de modo que podemos defini-lo como: “[...] todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representativo da coletividade, da região, da época específica, permitindo melhor compreender-se o processo histórico”. (PELLEGRINI FILHO, 1997: 94)

De acordo com a historiadora Choay, a expressão Patrimônio Histórico:

Designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (CHOAY, 2001: 11)

Ou ainda, como afirma a mesma autora:

[...] o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades [...]". (CHOAY, 2001: 13)

Contemporaneamente, a ampliação do conceito que passou a incorporar os aspectos materiais e imateriais coloca o pesquisador diante de um sério desafio ao trabalhar com tal temática, isto é: as indagações passam até mesmo pela nomenclatura a ser utilizada no desenvolver de sua pesquisa. Patrimônio Histórico, Patrimônio Histórico e Artístico, Patrimônio Cultural, Patrimônio Material ou Tangível, e ainda, Patrimônio Imaterial ou Intangível são alguns exemplos da complexa teia de relações que perpassam a questão patrimonial.

No que se circunscreve ao âmbito desta oficina optou-se por utilizar o termo Patrimônio Cultural por acreditar-se que abarca uma noção mais ampla do que a de Patrimônio Histórico, por exemplo. Ao aplicarmos esse último pode-se incorrer no erro de o leitor identificar-se apenas com o legado histórico, descartando outras categorias; ao passo que, empregando o primeiro, ao contrário, ao englobar o termo cultura remete-nos a uma conceituação mais ampla, tendo em vista que cultura pode ser entendida como toda a produção do ser humano – o saber e o fazer – cumulativos ao longo da existência humana.

No Brasil, a trajetória iniciada com a Academia SPHAN culminou na criação do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, vale apontar, em pleno Estado Novo, e desempenhou um papel fundamental na elaboração da política patrimonial brasileira nas décadas consecutivas a sua efetivação. Contudo o trabalho realizado pelo SPHAN foi alvo de inúmeras críticas, tendo em vista a política empregada conhecida como de “pedra e cal”, e ainda, o novo cenário que se delineou, no Brasil, a partir da década de 1960. Para a intelectualidade brasileira:

[...] que nos anos 60 viviam momentos de efervescência cultural que traziam à cena da produção artística o debate intelectual as complexas relações entre cultura e política, e, que, no meio acadêmico, desenvolviam análises sofisticadas sobre as questões candentes da ‘realidade brasileira’, a atuação do SPHAN, na medida em que se apresentava como uma atividade eminentemente técnica, portanto à margem dessas questões, era vista como elitista, pouco representativa da pluralidade cultural brasileira, e alienada em relação aos problemas fundamentais do desenvolvimento nacional. (FONSECA, 1996: 155)

Tais críticas redimensionaram a percepção e atuação governamental em torno do Patrimônio Cultural. A partir da década de 1970, sob a ditadura militar, a política patrimonial foi aos poucos sendo reestruturada:

[...] as primeiras mudanças significativas em relação à orientação anterior se fizeram em nome de uma modernização: era importante apresentar a prática de preservação como compatível (e não como conflitante) com o processo de desenvolvimento”. (FONSECA, 1996: 154)

Como parte dessas transformações, ainda na década de 1960, inaugurou-se então uma nova fase da política patrimonial brasileira, que procurou ir além da visão de “pedra e cal” incorporando, entre outros elementos, aspectos da cultura imaterial. Fruto dessa descentralização no que se refere à gestão patrimonial foi o considerável número de:

[...] processos abertos nas décadas de 70 e 80 [que] indica [...] o sinal mais visível de uma mudança em relação às décadas anteriores, no sentido do envolvimento da sociedade brasileira com a questão do patrimônio, é um aumento considerável do número de processos abertos a pedido de pessoas, grupos ou instituições externos do IPHAN. Não só proprietários de imóveis, como também prefeituras, Assembleias Legislativas, e até mesmo grupos que se expressam através de abaixo-assinados entram com pedidos de tombamento federal. Outro traço significativo é a diversidade de bens que são apresentados para tombamento. Ao lado de igrejas, casas, palácios e mansões figuram inúmeras construções mais recentes e ligadas à vida moderna: à industrialização (fábricas, vilas operárias); ao comércio (mercados); aos meios de transporte (estações ferroviárias e até ferrovias, instalações portuárias e de aviação, locomotivas, bondes, embarcações, aviões, pontes, faróis); ao abastecimento (caixas d’água, açudes, poços de petróleo); ao lazer e aos meios de comunicação (cinemas, estádios de futebol, estúdios de rádio, estações telegráficas); à educação, à ciência e à medicina (observatórios astronômicos, institutos de pesquisa, hospitais, farmácias, escolas e faculdades). (FONSECA, 1996: 157)

Considerando que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas, entre outros aspectos, pelo surgimento e atuação de diversificados movimentos sociais, cujas reivindicações foram as mais variadas possíveis, a questão do Patrimônio passou também a fazer parte dos debates de determinados grupos sociais:

A diversificação de bens indicados para integrar o patrimônio histórico e artístico nacional pode ser interpretada, juntamente com a participação maior da sociedade nos pedidos de tombamento, como um indício de que o patrimônio estava sendo então considerado pela sociedade brasileira, mesmo que de maneira ainda bastante limitada, como campo para a afirmação de novas identidades coletivas, que se valiam dos bens culturais como referências materiais e simbólicas. Ao lado do interesse do Estado de circunscrever um universo de bens culturais que atestassem a “existência” da nação, surgiam novas motivações, por parte de grupos sociais diversos, que erigiam o exercício da preservação de “lugares da memória” em direito. (FONSECA, 1996: 158)

A própria Constituição de 1988, em sua Seção II – Da Cultura, em seu artigo 216, apontou avanços significativos sobre o Patrimônio Cultural brasileiro, como demonstra o trecho abaixo:

Art. 216. *Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

I. as formas de expressão;

II. os modos de criar, fazer e viver;

III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2.º Cabem à administração pública, na forma de lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dele necessitem.

§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma de lei.

§ 5.º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988: 126)

Diante dos intensos debates que permeou a questão patrimonial, poderíamos perguntar, para que ou para quem interessa o resgate e a preservação do Patrimônio Cultural? E ressaltamos que, mesmo o Patrimônio Cultural sendo fruto de uma escolha e representando a memória de determinado grupo social, relembramos com mais facilidade de fatos, situações, acontecimentos, quando apoiados em outras pessoas ou quando recorremos a sons, objetos, músicas e até mesmo aos espaços urbanos. Nesse sentido, Patrimônio Cultural e Memória Social são elementos intrinsecamente ligados que nos permitem garantir a compreensão, não só do nosso passado histórico, como também de nossas inquietações contemporâneas, e por isso a necessidade de visualizarmos o Patrimônio em suas dimensões, tanto material, como imaterial. Nesse sentido, sobre a necessidade da preservação – categoria intrínseca a patrimonial – Lemos apontou que:

Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. (LEMOS, 1982: 29)

Preservar o Patrimônio Cultural significa, portanto, manter vivos e conservados inúmeros e diferenciados aspectos relevantes do processo histórico na busca do entendimento de nossa sociedade, estejam eles ligados a um passado remoto ou imediato. O Patrimônio Cultural, em sintonia com a sociedade, pode manter a identidade cultural de um grupo, região ou nação;

identidade essa que muitos estudiosos alarmam estar ameaçada diante das transformações tecnológicas que marcam o mundo atual. Isto nos remete ao registro do fato de que só tomar e preservar não assegura a apreensão do Patrimônio Cultural pela sociedade. Faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que “aproximem” o patrimônio da sociedade a qual se circunscreve.

Sendo assim, preocupado com os efeitos do mundo moderno, Lemos refletiu e nos advertiu que:

[...] O ecletismo estava naquela rua substituindo as velhas casas térreas de taipa do tempo da pobreza e por aí vemos que o artefato cidade também se renova sobre si mesmo. Ruas alargadas, quarteirões rasgados, vales ultrapassados por viadutos. Casas demolidas e refeitas; seus móveis carunchados são substituídos, o resto do equipamento doméstico trocado por novidades importadas e a papelada da família é queimada. Sempre o horror ao papel velho. Papéis de todo tipo, cartas de amor, escrituras, contratos, papéis impressos, papéis selados com muitos selos pretendendo garantir exatidões para todo o sempre. Assim, o sistema articulado de bens culturais dentro da cidade é permanentemente alterado. (LEMOS, 1982: 19)

No que tange ainda a essa problemática concernente ao descaso que vem sofrendo o Patrimônio Cultural, em especial, os monumentos, Choay apontou que:

[...] o esquecimento, o desapego, a falta de uso faz que sejam deixados de lado e abandonados. A destruição deliberada e combinada também os ameaça, inspirada seja pela vontade de destruir, seja, ao contrário, pelo desejo de escapar à ação do tempo ou pelo anseio de aperfeiçoamento. (CHOAY, 2001: 26)

A necessidade de reverter esta situação, almejando a prática da preservação, acabou por levar diversos setores da sociedade a vislumbrar, refletir, problematizar e propor ações que visam discutir a história, as memórias e os acervos de bens patrimoniais materiais e imateriais de povos, cidades, regiões, entre outros. Essas atitudes encontram-se respaldadas, no Brasil, em legislação específica, tal como o texto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação que contempla o enfoque do ensino do Regional, ao estipular que:

Art. 26 – Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (grifo nosso).

Parágrafo 4 – O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia (sic). (BRASIL.LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996: 15-16)

Ressalta-se que as ações em torno do Patrimônio Cultural respaldam-se ainda nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História, que na seção “Objetivos do Ensino Fundamental” estabelece, entre outros, que o aluno seja capaz de:

[...] *conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país. (BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998)*

E, ainda:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 8)

Portanto, a necessidade de identificar, conhecer, reconhecer e valorizar o Patrimônio Cultural, assim como lutar por suas políticas de proteção, constituem a história, a memória e a identidade das realidades a qual estamos inseridos. Em nosso caso, a partir das inquietações relacionadas ao tema patrimonial, propusemos um projeto que abarcasse tal temática, sendo desenvolvido no âmbito do PIBID/História/UFMS e levando em consideração dois municípios: Aquidauana e Anastácio (Mato Grosso do Sul/Brasil).

O SUBPROJETO PIBID DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFMS - CÂMPUS DE AQUIDAUANA (MS/BRASIL): A DEFINIÇÃO DO OBJETO E MÉTODO DE TRABALHO

No Brasil, a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trazendo em seu bojo mudanças que privilegiaram a formação de professores e a implantação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O programa foi lançado pelo Ministério da Educação no ano de 2007, sendo gerenciado pela CAPES e a adesão pelas Universidades vem ocorrendo ao longo dos anos.

A implantação do PIBID pelo Governo Federal, de certa forma, ofereceu às universidades que aderiram ao Programa a possibilidade de “oxigenar” suas licenciaturas. Isso porque uma das maiores queixas dos discentes é a que se refere ao distanciamento da universidade e da realidade escolar e, ainda, o fato de só terem contato com a sala de aula nas disciplinas de Estágio Supervisionado que, via de regra, são ofertadas nos últimos anos.

Sem dúvida, a participação efetiva nas atividades do PIBID pode propiciar ao pibidiano em formação a oportunidade de constituir-se professor/a em meio às experiências compartilhadas com alunos/as das escolas conveniadas, supervisores do PIBID, direção e coordenação das escolas, outros/as pibidianos/as e coordenadores e colaboradores do programa. A vivência cotidiana nas escolas permite ao/a pibidiano/a experimentar seus dilemas e desafios diários, assim

como os embates, enfrentamentos e constituição da escola. Oferece ainda ao acadêmico formar-se pela experimentação e inovação na medida em que tem a possibilidade de criar e propor metodologias, ações, oficinas, assim como aliar intrinsecamente a teoria a sua prática.

Compreendendo a importância da formação de professores, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul passou a integrar o PIBID, desenvolvendo-o em distintas áreas do saber (História, Geografia, Letras, Matemática, Química, Física, Biologia, entre outros). O curso de História da UFMS do Câmpus de Aquidauana integra o Subprojeto PIBID na área de História¹³⁶; que a época possuía 2 (dois) Coordenadores, 2 (dois) Colaboradores, 4 (quatro) Supervisores, atendendo em média 23 (vinte e três alunos) e possuindo quatro escolas conveniadas: Escola Estadual Romalino Alves de Albres, Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, Escola Estadual Roberto Scaff e Escola Municipal CAIC Antônio Pace, situadas nos municípios de Aquidauana e Anastácio (MS).

Dentre os objetivos do subprojeto PIBID/UFMS/HISTÓRIA/CPAQ, podemos destacar uma constante preocupação em aproximar a academia do ambiente escolar; conhecer qualitativamente a realidade de docentes, discentes e gestores da educação básica dos municípios de Aquidauana e Anastácio (MS); realizar formação, preparação, elaboração de materiais, experimentos, oficinas, projetos e outras modalidades/produtos acerca dos sujeitos históricos, seus documentos, sua construção; atuar diretamente nas escolas de educação básica por meio de grupos de trabalho, inserindo os discentes na realidade empírica da construção do saber escolarizado, bem como, por meio de tal ação, introduzir na escola de educação básica abordagens historiográficas contemporâneas, visando a melhoria dos processos de ensino/aprendizagem em História e a formação cidadã do corpo discente.

Vale destacar que o curso de Graduação de História em Aquidauana atende a realidades distintas, incluindo acadêmicos/as de outros municípios: Bodoquena, Dois Irmãos de Buriti,

136 O Subprojeto PIBID/UFMS/CPAQ vem sendo desenvolvido desde o ano de 2012. Entre os anos de 2012 e 2013 atendeu a 1 (uma) escola no município de Aquidauana (MS) e contava com 8 (oito) pibidianos, 1 (um) Coordenador, 1 (um) Colaborador e 1 (um) Supervisor. Nesse período, foram responsáveis pelo programa os Professores Doutores: Miguel Rodrigues de Sousa Neto e Edvaldo Correa Sotana; aquele, ministrante das disciplinas de Teoria da História I e II, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Estágio Supervisionado I-IV; e este, as disciplinas de História do Brasil Republicano I, História Contemporânea I e Estágio Supervisionado I-IV. No ano de 2014, houve uma reformulação e ampliação do Subprojeto PIBID/UFMS/CPAQ que passou a atender 4 (quatro) escolas nos municípios de Aquidauana e Anastácio (MS), contando 2 (dois) Coordenadores, 2 (dois) Colaboradores, 4 (quatro) Supervisores e 23 (vinte e três) pibidianos. Desde então, são responsáveis pelo programa os Professores Doutores: Ana Paula Squinelo, Edvaldo Correa Sotana, Miguel Rodrigues de Sousa Neto e Vera Lúcia Ferreira Vargas. A Professora Ana Paula Squinelo ministra as disciplinas de Oficina de Prática de Ensino I e II, Laboratório de Prática de Ensino I e Estágio Supervisionado I-IV, e a Professora Vera Lúcia Ferreira Vargas ministra as disciplinas de História das Américas Inglesa e Espanhola, História das Américas Independentes, Laboratório de Prática de Ensino II e Estágio Supervisionado I-IV. Faz-se relevante destacar as disciplinas ministradas por cada professor/a, pois assim é possível visualizar o impacto/alcance do PIBID na Graduação.

Guia Lopes da Laguna, Bonito, distrito de Taunay, entre outros. Embora haja no município a presença de populações quilombolas e indígenas e de imigrantes nordestinos/as, a história oficial consolidou e difunde a ideia de que o município foi fundado no ano de 1892 por 5 (cinco) “pioneiros”, sendo estes homenageados com seus bustos em uma das praças da cidade - a Praça Nossa Senhora Imaculada Conceição.



Figura 1: Busto de Estevão Alves Corrêa, considerado pela narrativa oficial um dos “pioneiros” da fundação do município de Aquidauana (Brasil/MS), localizado na Praça Nossa Senhora Imaculada Conceição.

Fonte: Arquivo pessoal. Fotografado por Carlos Alberto Mendonça Júnior em outubro de 2015.

Esse dado incomodou-nos e configurou-se como tema gerador para a proposição da oficina que visava discutir patrimônio a partir da história dos próprios espaços públicos urbanos dos municípios. Para tal, tomou-se como referencial e ponto de partida a Educação Patrimonial que nessa reflexão é embasada tendo em vista as discussões propostas por Horta, que em seus estudos delineou conceito, abordagem e metodologia em relação à Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 1999: 5)

E, ainda:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, 1999: 5)

Para o estudo em questão levamos em consideração tais pressupostos, além do fato de predominar no município uma narrativa oficial, o que nos instigou e nos motivou no sentido de problematizar as relações entre o presente-passado-presente e, neste ínterim, nos fundamentamos nos ensinamentos de Jorn Rüsen, ao afirmar que:

Somente quando a história deixar de ser aprendida como a mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos, e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam ao acervo de conhecimentos acumulados, é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendiz e se tornar fator de determinação cultural da vida prática humana. (RÜSEN, 2010: 44)

Tínhamos as perguntas, precisávamos buscar as respostas... Assim, outro ensinamento de Rüsen nos orientou, em especial, o que nos atenta para a questão da “orientação da vida prática” que deve ser significado para o aluno. Rüsen, ao refletir sobre o papel do ensino de História, destacou que:

O que deve ser lembrado aqui é que o ensino de história afeta o aprendizado de história e este configura a habilidade de se orientar na vida e de formar uma identidade histórica coerente e estável. (RÜSEN, 2010: 40)

Nesse sentido, os estudos, investigações e o ensino pertinentes ao Patrimônio e à Educação Patrimonial configuraram-se como uma possibilidade de discutirmos e problematizarmos as questões levantadas para resignificarmos juntos aos/as pibidianos/as as narrativas patrimoniais predominantes no município de Aquidauana e Anastácio. A partir daquele momento, a proposta passou a ser articulada levando em consideração a oposição existente entre a narrativa oficial de gênese do município e a narrativa cotidiana vivida por seus moradores, incluindo os/as estudantes. Dessa forma, buscou-se reconhecer e identificar o Patrimônio Cultural seja o ligado às edificações, o natural e/ou paisagístico, seja o material e/o imaterial. Sobre o município aquidauanense, concluiu-se em um primeiro levantamento que:

1º) apresenta potencial turístico na medida em que é apresentado pela mídia como o “Portal do Pantanal, um dos mais belos ecossistemas do mundo”;

2º) possui as ruínas da extinta cidadela de Santiago de Xerez, construída às margens do rio a 12 km do atual centro da cidade. Listada entre as primeiras 34 cidades construídas na América, de origem espanhola, Santiago de Xerez foi erguida em 1600 e destruída em 1632 pelos bandeirantes portugueses;

3º) possui o sítio arqueológico Cera I e II, localizado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) de Aquidauana;

4º) é rodeado pela região dos morros que foi palco da Retirada da Laguna (1865-1867), no cenário da Guerra do Paraguai (1864-1870) – a Serra de Maracaju - que possui belezas cênicas e bucólicas, típicas do interior. Com morros escarpados, cachoeiras e praias de areia branca às margens do rio, existe um projeto com o objetivo de tombar este cenário paisagístico;

5º) seu Centro Histórico destaca-se com uma arquitetura peculiar e centenária (a fundação de Aquidauana data de 1892);

6º) o município apresenta uma formação igualmente peculiar, haja vista que os índios que habitam o município são da etnia Terena, formando uma população de mais de 12 mil indígenas, distribuídos em 09 aldeias.

Poderíamos destacar outros elementos patrimoniais, mas acreditamos que a partir dos elencados era possível desenvolver as oficinas, cujos objetivos traçados foram:

- Identificar qual compreensão que os/as pibidianos/as traziam elaborada sobre o conceito de Patrimônio;

- Compreender as questões relacionadas à conceituação e categorias do Patrimônio;

- Entender o desenvolvimento da política patrimonial no cenário nacional e estadual;

- Identificar o Patrimônio Material e Imaterial no município de Aquidauana e Anastácio/MS, através de pesquisa acadêmica e também *in loco*;

- Propiciar aos/as pibidianos/as a vivência relacionada à metodologia da Educação Patrimonial;

- Problematizar a narrativa oficial existente no município acerca de seu processo histórico, construindo ao longo do processo uma narrativa gestada pelo grupo de pibidianos/as;

- Desenvolver um guia, cartilha, roteiro destinado aos alunos da Educação Básica, Ensino Fundamental II;

- Desenvolver uma oficina para ser aplicada junto aos/as alunos/as das escolas conveniadas ao PIBID.

Para o desenvolvimento da oficina junto aos/as pibidianos/as, pensou-se um conjunto de atividades que pode ser sistematizado nas seguintes etapas: 1) formação teórica realizada com os pibidianos; 2) elaboração da oficina; 3) aplicação da oficina; 4) análise dos dados; e 5) avaliação da oficina. Destaca-se que levamos em consideração a legislação educacional (LDB/Lei nº 9.394/96 e PCN's/1998) no que concerne à dinâmica patrimonial e propusemos a oficina a partir dos pressupostos da Educação Patrimonial, sobretudo as questões propostas no Guia de Educação Patrimonial, publicado pelo IPHAN (HORTA, 1999).

O DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS COMO ELEMENTO PROBLEMATIZADOR DO PATRIMÔNIO E DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ÂMBITO DO PIBID – CURSO DE HISTÓRIA/UFMS/CPAQ

No subprojeto PIBID/História do Câmpus de Aquidauana é de praxe em qualquer atividade, sequência pedagógica, aulas e oficinas sobre determinado tema realizar junto aos/as pibidianos/as o que se denomina “formação teórica”, que se constitui em um conjunto de textos sobre o tema que está em evidência. Tais textos são disponibilizados com antecedência aos/as estudantes que os leem e nos encontros há o diálogo, debate e formulação de ideias e/ou ressignificações sobre os conteúdos. Com a temática Patrimonial procedeu-se da mesma forma, selecionando-se um conjunto de 4 (quatro) textos que abordavam a questão conceitual em relação ao patrimônio, seus aspectos materiais/tangíveis e imateriais/intangíveis, assim como o desenvolvimento da política patrimonial no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX.

Disponibilizados os textos, procedeu-se aos encontros que visavam discutir os artigos e, embora a pluralidade e a diversidade patrimonial que caracterizam o município estejam presentes no cotidiano dos/as pibidianos/as, as narrativas colhidas nas primeiras discussões nos relevaram dados surpreendentes:

I - Quando inqueridos/as no primeiro encontro de formação sobre o que compreendiam do conceito/categoria Patrimônio, as respostas se polarizam entre:

A - A concepção de patrimônio vinculada aos bens materiais acumulados durante determinado tempo;

B - Uma percepção do patrimônio enquanto bem edificado, portanto, monumentos, prédios, construções;

C - E, nesse segundo caso, o patrimônio era sempre vinculado, nas narrativas dos pibidianos, ao tempo passado.

Tais percepções sobre o conceito de Patrimônio podem ser averiguadas nas narrativas dos/as pibidianos/os¹³⁷:

Pensava que estava ligado à bens pessoais como finanças, percebi logo após a preparação teórica que a ideia (sic) repassa as questões históricas, culturais da sociedade. (JASMIN, 2016)

Tinha uma ideia de certa forma literal sobre o conceito, também não havia experiência sobre a educação na área. Com a atividade pude perceber a importância sócio cultural e histórica do patrimônio como artefato e atividade que conta nossa história. (CACTO, 2016)

Era uma ideia muito ligada a pedra e cal, que em sua maioria eram edifícios e construções históricas, porém hoje sou capaz de perceber as diversas formas que o patrimônio pode ter sendo imaterial, muitas vezes presente no dia a dia. (ANIS, 2016)

Antes da elaboração e da formatação teórica sobre patrimônio o meu conceito era só de monumentos históricos, sendo assim não tinha ideia sobre a educação patrimonial. Depois da proposta da oficina, os encontros para formação teórica o conceito de patrimônio mudou e entendo mais sobre o patrimônio. (MARGARIDA, 2016)

Vale ressaltar que o grupo de pibidianos/as é composto por alunos/as advindos de distintos contextos: alguns recém saíram do Ensino Médio e já ingressaram na Universidade; enquanto outros, em uma faixa etária mais elevada, por vezes não frequentavam os bancos escolares há mais de 10 anos, compondo assim, um grupo com idades variando entre 17 (dezessete) e 42 (quarenta e dois) anos. Essa diferença de idade permite-nos observar que se trata de um grupo heterogêneo em essência, acima de tudo em vivências, trajetórias, angústias e expectativas o que, de uma maneira geral, não se refletiu no primeiro contato com o tema Patrimônio.

Imbuídos dessa narrativa que relaciona Patrimônio ao passado e à edificação, naquele primeiro momento, ao elencarem exemplos de patrimônios presentes no município de Aquidauana, citaram: a) a Igreja Matriz; b) a Casa dos Padres; c) o Museu de Arte Pantaneira; d) os paralelepípedos do centro da cidade; e) a Feira Indígena; e, finalmente, f) a Ponte Velha. No que tange ao município de Anastácio citaram a Casa Cândia e, em âmbito mais geral, citaram: a) Cidades Históricas Mineiras e b) O Casario do Porto em Corumbá. Percebe-se, portanto que a concepção patrimonial que permeou essas narrativas foi a denominada de “pedra e cal” e, ao mesmo tempo, tais citações não relacionaram ou problematizaram o Patrimônio ao tempo presente, à memória e a sua dimensão intangível.

¹³⁷ Ressaltamos que para preservar a identidade dos/as pibidianos/as em formação, optamos por nomeá-los com nome de flores. As respostas/narrativas referem-se às questões dirigidas que responderam concernentes à avaliação das atividades relacionadas ao tema Patrimônio e Educação Patrimonial. Tais questões foram aplicadas e sistematizadas no primeiro semestre de 2016.

Configurados esses dados, o segundo encontro foi problematizado a partir de questões relativas à trajetória da política patrimonial no Brasil, tendo como eixos a trajetória do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) e do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e conceitos que os pibidianos/as desconheciam, tais como: tombamento e registro; material e imaterial; tangível e intangível; o saber e o fazer. Naquele contexto, as narrativas trouxeram outros elementos como referência ao Patrimônio: a) o Sítio Arqueológico situado na UEMS; b) a cidade de Santiago de Xerez; c) a Festa da Farinha; e d) Cultura pantaneira, foram elementos trazidos à tona. Outros questionamentos foram sendo suscitados: o que é patrimônio de fato nesses municípios? Quem atribui a categoria patrimonial? O que é tombado efetivamente? Existem órgãos/ comissões patrimoniais nos municípios?

Em busca dessas respostas os/as pibidianos/as começaram uma pesquisa básica nos *sites* oficiais dos dois municípios e as primeiras consultas mostraram inúmeras divergências e contradições relacionadas ao que se tem como patrimônio e/ou pontos turísticos em ambos os municípios.

Vale ressaltar que a percepção patrimonial dos/as pibidianos/as advinha mais de uma vivência cotidiana do que da elaboração de um conhecimento adquirido através de leituras específicas. Por exemplo, quando arguidos se sabiam se algum bem era tombado nos municípios, uma das respostas foi: “A casa da Maria é tombada, ela me falou”. (M., 14/09/2015). Nesse caso, o tombamento era reconhecido não como uma política pública municipal, mas sim atribuído através da fala de uma conhecida. Ao mesmo tempo, foi em meio a esses questionamentos que em nosso quarto encontro um/a dos/as pibidianos/as atentou-se que “a dança e a fala dos Terena podem ser consideradas patrimônio imaterial”. (I., 14/09/2015).



Imagem 2: Indígena da Aldeia Aldeinha, município de Anastácio (Brasil/MS). Destaque para a pintura corporal, arte plumária, vestimenta e adornos. Fonte: Arquivo de Reinaldo Paulo Rohdt. Fotografado por Arumi Figueiredo em 2015.

Até então, nenhum dos/as estudantes tinha elencado elementos da cultura Terena - a dança, a pintura corporal, as vestimentas, os adornos, os rituais - como patrimônio imaterial.

Para as posteriores atividades foram programadas uma visita ao sítio arqueológico que se situa na sede da UEMS e um *walking tour* pelo centro histórico de Aquidauana. Essas atividades caracterizaram-se por uma abordagem predominantemente qualitativa no que diz respeito à coleta dos dados que serão apresentados e foram resultantes da experiência educativa vivenciada pelos/as pibidianos/as. Privilegiou-se no decorrer das atividades a observação do ambiente/natureza por parte dos/as pibidianos/as, assim como as intervenções orais por eles/as realizadas. Os dados foram sistematizados através da aplicação de um questionário respondido

pelos/as pibidianos/as ao final das etapas que envolveram todo o processo do projeto em questão e passaram por um processo de análise, interpretação e sistematização.

Maria Helena Pinto (2007), em trabalho desenvolvido sobre Patrimônio e experiência educativa no Centro Histórico de Guimarães, apontou baseada, sobretudo, na linha de investigação em Cognição Situada em História, desenvolvida por Shemilt (1987) e Lee & Ashby (2001), três níveis de categorização das intervenções orais dos participantes:

- a- Verbalização partilhada com base na apreensão dos elementos observados e na experiência pessoal – integrando as competências de observação, participação e memorização;*
- b- Verbalização partilhada com base na observação e na experiência pessoal, apresentando uma contextualização histórica restrita – referente ao relacionamento de passado-presente;*
- c - Reflexão criativa e personalizada – alusiva à valorização dos bens patrimoniais – num exercício de síntese a acrescentar às características anteriores. (PINTO, 2007: 176-177)*

A classificação acima foi levada em consideração ao desenvolver as atividades que estavam previstas. A visita ao sítio arqueológico foi realizada em parceria com o grupo que desenvolve trilhas interpretativas voltadas aos alunos da Educação Básica. Nesse caso, os/as pibidianos/as também foram atendidos, uma vez que as ações desenvolvidas pelo grupo “Expedições Anarco Pedagógico Atemporais” constituem-se em um trabalho interdisciplinar e na trilha que se realiza para conhecer o sítio arqueológico propõe-se a vivência e integração do/a aluno/a. Durante toda a caminhada, que dura cerca de 3 horas, questões em relação aos aspectos geográficos, históricos, geológicos, biológicos, ambientais entre outras, são lançadas pelo professor que orienta a atividade. Dessa forma, o/a estudante vai expondo o conhecimento que traz consigo e esse passa a ser ressignificado através da experiência vivenciada. Em especial, a visita àquele sítio arqueológico teve como objetivo perceber que a região em que se inserem os municípios de Aquidauana e Anastácio foi desde muitos anos atrás povoada por povos indígenas. Embora exista uma narrativa oficial que coloca como se esses povos estivessem extintos, as populações indígenas estiveram e estão presentes no cotidiano dessas cidades, não como meros expectadores, mas como sujeitos históricos que travam inclusive uma luta histórica pela retomada de suas terras. Por fim, à guisa de exemplo, essa atividade colocou em questão a narrativa oficial que atribui a 5 (cinco) personagens a fundação, povoamento e desenvolvimento do município de Aquidauana.



Imagem 3: Arte Rupestre – Sítio Arqueológico CERA/UEMS, localizado no município de Aquidauana (Brasil/MS). Fonte: Arquivo Pessoal. Fotografado por Diego Cafola, em outubro de 2015.

Sobre essa experiência da visita ao Sítio Arqueológico CERA, os/as pibidianos/as destacaram alguns aspectos:

A percepção de patrimônio material da perspectiva arqueológica e natural. Porque o CERA/UEMS se localiza em meio a paisagens muito bonitas e a patrimônio arqueológico. (ORQUÍDEA, 2016)

Contribuiu para perceber a presença do patrimônio na região de Aquidauana muito antigas como pinturas rupestres. (ANIS, 2016)

A importância que as vezes deixamos de lado, o patrimônio em seu todo é muito especial e que precisamos passar isso para nossos alunos de maneira correta e que demos total respeito, suas vantagens, sua história. (ROSA, 2016)

Dentre tantas questões, destaco o feito de percebermos outros tipos de patrimônio, como o material e os arqueológicos. A partir de visitas como essa que rompemos com as folhas dos livros e os muros da universidade. (CRAVO, 2016)

No que se refere ao *walking tour* realizado pelo Centro Histórico de Aquidauana, percorreu-se a pé – professora e pibidianos/as – esta parte da cidade com o intuito de reconhecer os prédios históricos da cidade. Do conjunto de casas, destacam-se: Residência João de Almeida Castro; Residência Rubens Corrêa; Casa Bom Gosto; Prédio “A Primavera”; e, Casa Portuguesa. Dos Prédios Públicos, cita-se o da Câmara Municipal de Aquidauana, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o Colégio Modelo, a Escola Irene Cicalise, a Biblio-

teca Municipal, a Casa Parochial Padre José May, Escola Pacochial e o Museu da Arte Pantaneira. Observamos ainda a Praça Afonso Pena (Dos Estudantes), Praça Nossa Senhora Imaculada Conceição, a Igreja Nossa Senhora Imaculada da Conceição, a Estação Ferroviária, a Casa do Artesão, a feirinha indígena, o Mercado Municipal e a Ponte Roldão Carlos de Oliveira (Ponte Velha ou da Amizade) que divide os municípios de Aquidauana e Anastácio. O referido Centro Histórico mantém suas ruas calçadas com paralelepípedos e o conjunto de casas que se destacam foram construídos no primeiro quartel do século XX. Realizou-se o *walking tour* a pé e a cada casa, prédio, praça, igreja, entre outros, parava-se e procedia-se ao questionamento junto aos/as pibidianos/as: se nas andanças pela cidade alguma vez tinham observado aquela construção; se sabiam ao que se referia; quando foi construído; o que funcionou ali; e porque constava como bens patrimoniais relevantes para o município. Começou-se o *walking tour* em uma tarde do dia 08 de outubro de 2015, às 14: 00 horas, e encerrou-se às 18: 30. Para a pibidiana Margarida, o *walking tour*:

[...] nos possibilitou parar para analisar, refletir e observar os lugares que na correria do dia a dia nos passam despercebidas e quando cada um falava sobre o que chamava atenção entre outras coisas chamava a atenção do grupo que via pelos olhos diferentes e enriquecia a sua percepção. (MARGARIDA, 2016)

E, para o pibidiano Cravo, o *walking tour* lhe proporcionou distintos sentimentos:

Me senti em museu a céu aberto. Foi possível perceber que a cidade é um organismo vivo capaz de emitir sons pelos muros, e esses sons contam um pouco da história da cidade. (CRAVO, 2016)

Em relação às indagações efetivadas ao longo do *walking tour*, registraram-se várias respostas. Como alguns dos/as pibidianos/as vieram de outras regiões do Brasil para estudar, uma das pibidianas apontou que como mora distante da UFMS tem que passar por todo aquele trajeto e como não era da cidade, logo que chegou para estudar, fazia o percurso observando as construções. Outra acadêmica disse que sempre observava tal construção, pois ao ir para as atividades do PIBID que ocorrem na Base de Pesquisas Históricas e Culturais da Bacia dos rios Aquidauana e Miranda (BPRAM/UFMS), passa pela rua onde se situa aquela instalação. Um aluno que nasceu e sempre viveu no município foi apontando os prédios que já haviam passado por reformas e que tiveram suas cores alteradas. Outro pibidiano, em relação ao prédio da Escola Irene Cicalise, disse que só consegue lembrar-se do prédio com essa funcionalidade, que parece ali ter funcionado sempre a escola. Esse mesmo aluno relatou que, ao chegar em Aquidauana em 2010, pôde ainda fazer a visita ao Museu da Arte Pantaneira, prédio que apresenta uma arquitetura belíssima e que data do ano de 1918, hoje em estado de abandono e fechado.

Das construções a que mais chamou a atenção dos/as pibidianos/as a casa denominada “A Primavera”, que foi construída em 1914, apresenta estilo arquitetônico neocolonial que acompanha as demais construções de seu entorno e ao que consta sempre foi utilizada como empreendimento comercial. Uma das acadêmicas relatou que já tinha observado a data inscrita em cima e ao centro da construção, bem como a cor, o letreiro e a arquitetura, mas que não sabia nada a respeito da história do edifício.

Outro ponto que adentramos foi na Loja Seller (um empreendimento comercial do setor de vestuário), cuja fachada conservada perde-se em meio ao centro da cidade. Em seu interior possui um quadro com a fotografia do antigo cinema – Cine Glória - que funcionou em Aquidauana e que sucumbiu diante do processo modernizador da cidade. Pelo quadro pôde-se ver o cinema e sua ambiência e imaginar os hábitos e costumes da população naquele contexto e os/as pibidianos/as dedicaram alguns minutos a observar, pensar e problematizar a referida imagem.

Dando sequência à visita, parou-se na Praça Nossa Senhora Imaculada Conceição e observou-se todo seu entorno. Aquela praça, de acordo com a história oficial aquidauanense, foi o local no qual se reuniram os fundadores e foi lavrada a Ata de fundação da cidade. O poder público homenageou os 5 (cinco) “pioneiros” fundadores: Estevão Alves Corrêa, Manoel Antônio Paes de Barros, João Almeida Castro, Teodoro Rondon e Augusto Mascarenhas, com a construção de monumentos com seus bustos dispostos em círculo, no meio da Praça. Naquele momento, os/as pibidianos/as foram inquiridos se sabiam quem eram tais personagens; por que estavam ali sendo homenageados; o que aqueles bustos representavam. Como um dos edifícios que fica em frente à praça é a própria UFMS, uma das acadêmicas relatou que em uma das aulas de Teoria da História o professor se referiu àqueles bustos como uma materialização de uma história oficial e positivista. Concordaram, portanto, que aqueles nomes homenageados se reportavam a famílias que dominam o cenário político e econômico do município há décadas, mantendo inclusive relações patriarcais e ao mesmo tempo, apontaram que aquela história construída e perpetuada em um espaço público era uma história excludente, naquele caso, em função de não contemplar, por exemplo, as populações indígenas e quilombolas.

Ainda no que se refere ao entorno da praça, observou-se a beleza e imponência da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, matriz do município, assim como a Casa Parochial Padre José May e a Escola Parochial, ambas construções que datam de 1930 e o prédio da Câmara Municipal de Aquidauana, que data do ano de 1920. No tocante à Igreja, os/as pibidianos/as destacaram a beleza de sua construção e de seus vitrais e também o descaso do poder público,

pois havia vitrais quebrados e seu entorno não estava conservado. O que chamou a atenção dos/as alunos/as, após observarem as características arquitetônicas do prédio da Câmara Municipal, foi o destaque da Plenária levar o nome de um dos “fundadores” do município - Estevão Alves Corrêa - e, nesse sentido, questionaram-se, pois, o local deveria ser “a casa do povo” e ao homenagear-se um dos “pioneiros” da cidade, excluiu-se o próprio povo.

Nesta parte da cidade dirigimo-nos ainda à Ponte Roldão Carlos de Oliveira (Ponte Velha ou da Amizade), que divide os municípios de Aquidauana e Anastácio. Sua imponente arquitetura chama a atenção, pois foi erigida com tecnologia inglesa e sua construção iniciou-se em 1918. Sobre esse espaço singular, que separa dois municípios, dois povos, duas culturas, os/as pibidanos/as refletiram sobre as relações e códigos que se estabeleceram naquela ambiência: sem farol que indique qual carro/pedestre/bicicleta/moto deve “ter a vez” para atravessar a ponte, estabeleceu-se um código que aquidauanenses e anastacianos seguem diariamente, qual seja, a troca de sorrisos, acenos, sinais, gestos, palavras, cumprimentos, buzinas, que marcam o vai e vem diário na ponte.

Findado um extenso trajeto percorrido a pé, resolveu-se retornar e reconhecer uma outra parte da cidade, privilegiando-se a Praça dos Estudantes, a Casa do Artesão, a Feira Indígena, o Mercado Municipal e a Estação Ferroviária. Desses espaços, o que mais demoveu os/as estudantes foi a Praça dos Estudantes, tendo em vista que recentemente foi erigida no local uma escultura de uma indígena como referência e homenagem às populações indígenas presentes no município e, ao mesmo tempo, em oposição aos bustos presentes na Praça Nossa Senhora Imaculada Conceição. Entretanto, esteticamente, a representação da mulher indígena foi alvo de intensos debates: para alguns ela teria sido materializada de forma grosseira, estereotipada e “feia”; para outros, ao contrário, o que é considerado como grosseiro seria o que marca esteticamente a beleza da índia. Os acadêmicos se posicionaram em relação ao tema e em comum destacaram a iniciativa da gestão municipal de reconhecer a existência das populações indígenas na região.



Imagem 4: Índia Terena, obra do artista plástico Cleir, datada de 2009. Localiza-se na Praça dos Estudantes, no município de Aquidauana (Brasil/MS). Fonte: Arquivo Pessoal. Fotografada por Diego Cafola em 2016.

Após as experiências relatadas, o grupo reuniu-se por mais de uma vez, objetivando responder a duas questões: primeiro, pensar o conhecimento que tinham da temática antes das leituras, discussões e atividades que foram realizadas e o conhecimento que sistematizaram após essas experiências. Sobre o que sabiam dos espaços visitados e o que incorporaram e/ou ressignificaram após a experiência do *walking tour*, os/as pibidianos/as registraram:

A partir daquilo que me foi contado pelas pessoas que vivem em Aquidauana e também por algumas leituras desenvolvidas incorporei o que disse na questão anterior: senti a cidade viva, mas não só, [também] como ferramenta capaz de dialogar e produzir conhecimento histórico. (CRAVO, 2016)

Não tinha conhecimento sobre esses espaços. Após o walking tour e as discussões, pude compreender as referências culturais e sociais de cada lugar citado. (JASMIN, 2016)

A maioria desses lugares fazem parte do meu trajeto cotidiano, mas antes eles passavam despercebidos, hoje apesar da correria recebem um olhar mais atento, além de pensar como, quando foram construídos, tombados? O por que do descaso, os significados que trazem e carregam, tudo isso após o walking tour e dos encontros para entender os patrimônios. (MARGARIDA, 2016)

Em segundo lugar, fazia parte das tarefas planejar as oficinas sobre Patrimônio e Educação Patrimonial, com vistas à aplicação junto aos/as alunos/as das escolas conveniadas ao PIBID. Tais oficinas já foram planejadas, aplicadas e seus resultados avaliados; entretanto, em função do espaço destinado a esta publicação, o teor dessa última etapa será publicizado em outro momento, em outra reflexão.

Entretanto, após esta experiência que avaliamos ter sido qualitativamente enriquecedora, salientamos que essas atividades vão ao encontro do disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais – História, ao tratar sobre as relações entre História e Memória:

*Um compromisso fundamental da História encontra-se na sua relação com a **Memória**, livrando as novas gerações da “amnésia social” que compromete a constituições de suas identidades individuais e coletivas.*

*O direito à memória faz parte da **cidadania cultural** e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas. A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido”.*

Introduzir na sala de aula o debate sobre o significado de festas e monumentos comemorativos, de museus, arquivos e áreas preservadas, permeia a compreensão do papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana. Retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. (BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS/ENSINO MÉDIO, 2000: 26-27)

Acreditamos, por fim, que o desenvolvimento das atividades em torno do Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial colocaram os/as pibidianos/as em situações que puderam vivenciar e experienciar outras narrativas relacionadas à história, à memória e ao patrimônio que não as oficiais. Reconheceram assim, o outro e estabeleceram relações de tolerância e diversidade, priorizando a pluralidade cultural que constitui a formação histórica brasileira, assim como seus diversos sujeitos, desenvolvendo entre outras questões atitudes e posicionamentos contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. Dessa forma, o conhecimento sobre o passado e a sua relação com o presente, bem como da realidade na qual nos inserimos torna-se imperativo para a compreensão das memórias constituídas ao longo do tempo, assim como das narrativas patrimoniais que são escolhidas para serem preservadas, cultuadas e propagadas. Assim, como observado por Rüsen (2010), só conhecendo nossa história poderemos desenvolver uma postura de “orientação para a vida”, postura essa que acreditamos estarmos construindo junto aos/as pibidianos/as em formação.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) - *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALBANO, Celina; MURTA, Stela Maris (Orgs.) - *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2002.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais números 1/92 a 35/2001 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão números 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei nº 9.394, de 20/12/1996, publicada no Diário Oficial da União a 23/12/1996, Seção I.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília; MEC: SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História (Ensino Médio)*. Brasília; MEC: SEF, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia - O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, n. 23, p. 95-115.

CHOAY, Françoise - *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

CURY, Isabelle (org.) - *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres - Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996, p. 155. (Cidadania).

HORTA, Maria de Lourdes Parreira et al - *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Museu Imperial. IPHAN/MinC. Brasília, 1999.

LEMOS, Carlos A. C. - *O que é patrimônio histórico*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros passos, 51).

MAGNANI, José Guilherme Cantor - Patrimônio Cultural. In: REILY, Suzel Ana; DOULA, Sheila M. (org.) - *Do folclore à cultura popular*. Encontro de pesquisadores nas Ciências Sociais. Anais. [Datilografado].

MARQUES, Rubens Moraes da Costa - *Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural SulMato-Grossense*. Campo Grande-MS: UFMS, 2000, 3 vols.

PELLEGRINI FILHO, Américo - *Ecologia, cultura e turismo*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

PINTO, Maria Helena - Evidências patrimoniais para a educação histórica: uma experiência educativa no Centro Histórico de Guimarães - *Currículo sem fronteiras*, v. 7, n. 1, pp. 171-185, jan/jun 2007.

_____. O triângulo patrimônio/museu/escola: que relação com a Educação Histórica? In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (orgs.) - *Aprender história: perspectivas da educação histórica*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009, p. 271-302.

RODRIGUES, Marly - Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime (Orgs.) - *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

RÜSEN, Jörn - *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Tradução de Nélio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (orgs.) - *Aprender história: perspectivas da educação histórica*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.) - *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SQUINELO, Ana Paula; PANOSSO NETTO, Alexandre - Avenida Cuiabá. In: SQUINELO, Ana Paula; PANOSSO NETTO, Alexandre (orgs.) - *Imagens, memória e história: um passeio pelas praças, ruas e avenidas de Rondonópolis-MT*. Rondonópolis-MT: APS Editora, 2001, p. 56-65.

SQUINELO, Ana Paula - O Patrimônio Cultural como potencialidade turística em Rondonópolis – Mato Grosso. In: SQUINELO, Ana Paula; PANOSSO NETTO, Alexandre (orgs.) - *Reflexões em turismo: Mato Grosso e outros temas*. Campo Grande-MS: UCDB, 2003, p. 39-61.

_____. - Os espaços urbanos. In: _____ - *A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003)*. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2015, p. 135-48.

ANIS. BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Aquidauana. Curso de História. *Questões Dirigidas: Oficina/PIBID – Patrimônio e Educação Patrimonial*, 2016.

CACTO. BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Aquidauana. Curso de História. *Questões Dirigidas: Oficina/PIBID – Patrimônio e Educação Patrimonial*, 2016.

CRAVO. BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Aquidauana. Curso de História. *Questões Dirigidas: Oficina/PIBID – Patrimônio e Educação Patrimonial*, 2016.

GIRASSOL. BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Aquidauana. Curso de História. *Questões Dirigidas: Oficina/PIBID – Patrimônio e Educação Patrimonial*, 2016.

JASMIN. BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Aquidauana. Curso de História. *Questões Dirigidas: Oficina/PIBID – Patrimônio e Educação Patrimonial*, 2016.

MARGARIDA. BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Aquidauana. Curso de História. *Questões Dirigidas: Oficina/PIBID – Patrimônio e Educação Patrimonial*, 2016.

ORQUÍDEA. BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Aquidauana. Curso de História. *Questões Dirigidas: Oficina/PIBID – Patrimônio e Educação Patrimonial*, 2016.

ROSA. BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Aquidauana. Curso de História. *Questões Dirigidas: Oficina/PIBID – Patrimônio e Educação Patrimonial*, 2016.

VIOLETA. BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Aquidauana. Curso de História. *Questões Dirigidas: Oficina/PIBID – Patrimônio e Educação Patrimonial*, 2016.